

# Instituições Arquivísticas Nacionais e Ações Educativas:

um estudo comparativo

National archives and heritage  
education: a comparative research

## **PRISCILA RIBEIRO GOMES**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora adjunta do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

[pri.unirio@yahoo.com.br](mailto:pri.unirio@yahoo.com.br)

## **LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO**

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e graduada em Relações Internacionais pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

[lisboa.luiza@gmail.com](mailto:lisboa.luiza@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo visa entender como as instituições arquivísticas nacionais do Brasil, da Colômbia e do México contemplam as ações educativas em suas estruturas, políticas e práticas. A metodologia foi de cunho qualitativo e quantitativo, utilizando o método comparativo, onde foram analisados *websites* oficiais das instituições, organogramas, regimento interno e legislação, bem como uma ampla pesquisa bibliográfica. Foi possível identificar ações educativas ainda embrionárias, outras já consolidadas, a inexistência de políticas em algumas instituições e as mais diversas práticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituições Arquivísticas Latino-Americanas. Ações Educativas. Arquivos.

**ABSTRACT:** The present article aims to understand how the national archives of Brazil, Colombia and Mexico contemplate the heritage educational in its structures, policies and practices. The methodology was of qualitative and quantitative means, using the comparative method, where official websites of the institutions were used, including organization charts, regiment and legislation, as well as a vast bibliographical research. It was possible to identify both embryonic and consolidated educative actions, the non-existence of policies in several institutions, and several different practices

**KEYWORDS:** National Archives of Latin American; Heritage Education, Archives.

## Introdução

O interesse pela escrita deste artigo surgiu a partir de reflexões emergidas em um grupo de estudos vinculado ao projeto de extensão “Ensinar e aprender nos/com Arquivos: (re)viendo as práticas pedagógicas”, cadastrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Pensando na potencialidade dos arquivos enquanto instrumentos de aprendizagem e seus elos de modo geral com as práticas educativas, buscou-se problematizar o binômio, educação e arquivos, em instituições arquivísticas nacionais, por meio da seguinte questão: Como as ações educativas se apresentam na estrutura das instituições arquivísticas nacionais dos países Brasil, México e Colômbia?

A partir deste recorte, utilizou-se como metodologia uma análise comparativa, além, é claro, da pesquisa bibliográfica, com o intuito de apresentar o Arquivo Nacional de cada país, compreendendo sua estrutura e contexto de criação. Nossa preocupação voltava-se a identificar se estas Instituições possuíam ações educativas, destacando as convergências e divergências dessas ações apresentadas por cada entidade. A proposta de fazer uma análise de três arquivos, Arquivo Nacional (AN) do Brasil, Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado (AGN), da Colômbia e Archivo General de la Nación, do México, traz consigo a possibilidade de conhecer outras instituições, perceber outras culturas e formas de fazer. Um estudo que abrange outras nacionalidades é sempre muito enriquecedor, sobretudo na Arquivologia, que tem a prática na sua essência. Trabalhos desta natureza se mostram relevantes, pois nos colocam diante de outras realidades, possibilitando-nos conhecer outros contextos, ajudando-nos a refletir sobre as políticas e práticas efetivas relacionadas ao tema, contribuindo para o debate que ainda se apresenta muito ínfimo na área.

## Instituições Arquivísticas e Ações Educativas

Nesse momento, torna-se importante realizar uma breve apresentação histórica e teórica visando compreender o que vem a ser a instituição arquivística, ações educativas e ações educativas em instituições arquivísticas, que, a princípio, parecem misturar-se, mas que possuem definições próprias.

Quando analisamos a história das instituições arquivísticas, identificamos que está intimamente ligada ao desenvolvimento da Arquivologia.

De acordo com Schellenberg (2006, p. 25), “os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e IV a.C. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública de Atenas”.

Na Revolução Francesa, nasce um novo arquivo juntamente com o advento do Estado nacional. A instituição arquivística, como conhecemos hoje, é fruto desse modelo bastante difundido até meados do século XX e possui três aspectos bem marcantes, como mencionada por Fonseca (2005), onde o Estado assume a responsabilidade pelos arquivos; uma nova administração é desenvolvida e o arquivo amplia sua área de atuação; e é concedido o acesso aos acervos, para que a sociedade tenha conhecimento das atividades exercidas pela administração pública, o pleno direito a comprovação da sua história e a construção da memória nacional. A instituição arquivística se afirma como a guardiã da documentação do Estado na busca por promoção de direitos.

Com as demandas da II Guerra Mundial, também conhecido como “boom documental”, o fazer arquivístico ganha outro contorno. Nessa narrativa evolutiva, a instituição arquivística foca na racionalização documental, criando a gestão de documentos que visa à eficiência, eficácia e economia no trabalho arquivístico. Com isso, os arquivos ganham uma nova função, a de serem responsáveis pela gestão de documentos, não apenas pela guarda e conservação dos documentos, e passam a operar em todo ciclo, da produção à eliminação ou guarda, auxiliando o Estado na sua administração (JARDIM, 2011a). A implementação da chamada “teoria das três idades” é resultado do trabalho executado pelos arquivos nacionais do Canadá e dos Estados Unidos da América que se propagou e foi chancelado pelo Conselho Internacional de Arquivos, como “princípios e técnicas a serem observados na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos” (CORTES, 1996, p. 21).

Diante desse novo desafio de atuação, identificar a definição do termo “instituição arquivística” ganha relevância. Realizamos, então, uma procura pelos seguintes dicionários: o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e o Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2015). Como resultado, a citação no verbete “baixa de documentos”, onde a expressão foi empregada no sentido de arquivo:

[...] 2) processo pelo qual um arquivo remove formalmente documentos de sua custódia. Um arquivo pode dar baixa em documentos que foram reavaliados e julgados inadequados para seu acervo; ou cujos proprietários requisitaram o retorno permanente dos documentos; ou que o arquivo decidiu transferir para outra **instituição arquivística** (IBIDEM, 2015, grifo nosso).

De acordo com Jardim (2011a), “instituição arquivística” normalmente é utilizado como sinônimo de “arquivo público” e, ao pesquisar tal termo, em sua maioria, a visão custodiadora da instituição de tradição historicista é predominante e, em alguns casos, as funções da entidade continuam indefinidas.

Mas, afinal, o que é uma instituição arquivística? Ao analisar a trajetória da instituição, fica evidente que seu papel dentro do Estado vem passando por uma evolução, onde sai da função de guardião e amplia seu papel como gestora informacional estatal. Como não há uma clareza sobre o termo, adotaremos a definição de Jardim, onde as “instituições arquivísticas públicas aquelas organizações cuja **atividade-fim** é a gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos produzidos por uma dada esfera governamental” (2011a, p. 1585, grifo nosso). Destacamos o termo atividade-fim por considerar que este é justamente o fator determinante que diferencia instituição arquivística de serviços de arquivo. Neste caso, consideraremos a esfera federal por tratar-se de um estudo de arquivos nacionais. Ressaltamos, também, que, ao adotar uma visão de instituição arquivística pautada na gestão de documentos, não excluimos seu papel enquanto espaço de pesquisa, nem mesmo suas possibilidades de trabalho com o patrimônio histórico-cultural. Pelo contrário, é importante esclarecer que a instituição arquivística trabalha nas duas vertentes: a de gestora e a histórica.

Refletindo sobre a variedade de atividades que as instituições arquivísticas podem oferecer, deparamos com a seguinte colocação de Bellotto (2006, p. 231-232), “a atividade educativa é inerente aos arquivos públicos, mas aflora circunstancialmente [...]. O que falta é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística”. Para compreender melhor tal colocação da autora, faz-se necessário entender o que vem a ser a ação educativa.

As ações educativas estão presentes dentro do serviço de difusão de uma instituição arquivística. Tal serviço visa reforçar o papel social do arquivo “dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária di-

**menção popular e cultural** que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (BELLOTTO, 2006, p. 227, grifo nosso), onde o serviço de difusão estaria dividido em três atividades básicas: serviços editoriais, difusão cultural e serviço educativo. Segundo Santos e Borges (2014, p. 314 apud BELLOTO, 2006) tais ações definem-se por

- 1) serviços editoriais, que constituem nas publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários;
- 2) difusão cultural, serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras;
- 3) serviços educativos, que visam tornar o arquivo um espaço de extensão educativa, por meio de oficinas, visitas, cursos e atividades congêneres.

Ao tratar sobre serviços editoriais, Bellotto (2002, p. 17) afirma que “pode-se dizer que um arquivo público respira por suas publicações”. Nesse sentido, ela concebe as impressões como sendo a principal forma de comunicação entre o arquivo e a sociedade. Expandido as publicações para além dos instrumentos de pesquisa, sugere ações como incentivo a publicação de monografias, revistas, boletins, entre outros. A autora chama atenção que a prática de publicar documentos não é nova, é do século XIX e bastante usual. Santos e Borges (2014), em sua pesquisa sobre os arquivos estaduais brasileiros e a difusão cultural, identificaram que os serviços editoriais são os mais utilizados pelas instituições, corroborando com a visão de Bellotto.

No que tange à difusão cultural e às ações educativas, é importante salientar que “não existe uma linha que delimite exatamente qual serviço pode ser considerado ação cultural ou educativa. Isso ocorre porque ambos possuem objetivos convergentes: buscam a construção do conhecimento e o acesso à cultura por meio da informação” (SANTOS E BORGES, 2014, p. 317). Sendo assim, uma ação cultural pode ser utilizada como ação educativa e vice-versa.

Na tentativa de compreender melhor o que vem a ser difusão cultural, tem-se o conceito de Menezes (2012, p. 53) que amplia o foco da ação em si, quando afirma que

Difusão cultural: diz respeito ao desenvolvimento de atividades que utilizam a cultura como meio de comunicação, envolvendo projetos cultu-

rais que priorizam os eixos da literatura, dança, música, cinema, teatro, folclore, manifestações culturais e artísticas, por parte dos arquivos. Os investimentos nestas atividades tendem a ampliar a forma de se comunicar com o público alvo, oportunizando um incremento e manutenção dos valores culturais da sociedade.

Nessa perspectiva, a instituição arquivística ganha uma quantidade infinita de abordagens junto à sociedade, auxilia no processo de reconhecimento e de pertencimento do indivíduo. Ramirez (2009, p. 188) ainda acrescenta que a difusão acontece “con la finalidad de concienciar al ciudadano y a la sociedad en general, sobre la transcendental importancia que desarrollan los archivos, su utilidad y servicios que brindan en beneficio de la comunidad”, evidenciando que as atividades de difusão trabalham para chegar à sociedade, pois elas possuem “um caráter transformador da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos” (CABRAL, 2012, p. 41).

Para Fratini (2009, p. 1), o exercício de ação educativa é uma via fundamental para manutenção do patrimônio público e de suma relevância para um processo de educação interdisciplinar e crítico, afirmando que

a ação educativa patrimonial é essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação. Essa prática está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido. A ação educativa em arquivos mostra-se uma ferramenta importante no contexto social brasileiro para um aprendizado diferenciado.

Nesse sentido, uma das possibilidades de trabalho com ações educativas seria via atividades de educação patrimonial que consiste em um processo permanente, sistemático e com fontes primárias para que ocorra experiência e contato direto, fazendo com que o cidadão se sinta parte integrante do processo. O trabalho com educação patrimonial promove no sujeito um empoderamento no sentido de criar uma consciência voltada para preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem, como definido pelo guia publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Deste modo, a educação patrimonial se apresenta como mais uma possibilidade nos processos de ensino e aprendizagem, que pode se materializar tanto no Arquivo quanto na Escola. Discorrendo sobre a metodologia da educação patrimonial, Tarsila-Mancebo, Gomes e Pinto (2016, p. 56) destacam suas potencialidades, mas também os entraves que possibilitam sua manutenção.

As muitas iniciativas já postas em prática demonstram a importância da educação patrimonial na divulgação do acervo e no desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, e que valoriza os indivíduos como agentes ativos da história, mas também evidencia uma prática ainda pouco desenvolvida diante do que poderia ser. Um fator decisivo e recorrente diz respeito à falta de investimento nas instituições, seja para uma melhor preservação, seja para possibilitar que tais práticas façam parte da programação da instituição de forma contínua e sistemática.

A definição de instituição arquivística tem se ampliado ao longo dos anos e “tem evoluído para dimensão social, como instrumento de apoio à cultura e à educação, além de contribuir para a produção de novos conhecimentos” (SANTOS; BORGES, 2014, p. 337). Nessa narrativa, chama-se atenção para uma função de suma importância: o acesso. A ampliação desse acesso perpassa pela difusão e é justamente nesse ponto que se tem a possibilidade de construir pontes sólidas com a sociedade. Bellotto (2006, p. 247) reforça que essa relação arquivo-sociedade acontece quando

um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele **preenche seu lugar de direito e por conquista na comunidade**. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (grifo nosso).

Ocupar esse local de direito na sociedade é o grande desafio. Pois os arquivos, de forma geral, são vistos como depósitos de papéis velhos, comumente chamados de “arquivo morto” ou “arquivo inativo”, um local que não se quer ir. Alterar essa visão junto a grande parte da população é um trabalho de mudança cultural e a educação patrimonial auxilia nesse processo, pois suas “atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos

conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc.” (FRATINI, 2009, p. 5).

Entendemos que as instituições arquivísticas só têm a ganhar com o uso de ações educativas, pois tais ações carregam a possibilidade de ampliação do público frequente, o reconhecimento de sua importância para a sociedade e a manutenção do patrimônio sob sua tutela. Bellotto (2006, p. 246) destaca que

mesmo não sendo a função primordial do arquivo, essa nova abertura para educação pode se constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social. E isso acabará beneficiando — e até reforçando — o próprio protagonismo do arquivo-informação administrativa e do arquivo-informação histórica.

A autora ainda afirma que “a par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular” (IBIDEM, p. 228). Para tanto, as ações educativas consistem em uma via para fortalecimento da relação sociedade e instituições arquivísticas.

## Brasil, Colômbia, México e suas Instituições Arquivísticas

Os arquivos nacionais latino-americanos nascem inspirados no modelo europeu, oriundo da criação dos novos Estados-nação que, em sua maioria, foram concebidos no século XIX. De acordo com Ramirez e Villa-Flores (2009, p. 11), eles foram gerados em um contexto de “legitimación política y de centralización administrativa, ambos cruciais para la consolidación de los gobiernos post-independenistas”. No início, suas ações eram voltadas para atividades jurídicas e administrativas. Com o desenvolvimento das instituições econômicas e políticas, o Estado estabeleceu os sistemas de controle sociais na metade do século XIX. Tal controle foi aperfeiçoado com forte influência positivista já na segunda metade do século XIX e, nesse contexto, as instituições arquivísticas exerceram um papel de apoio para o governo. No século XX, os países latino-americanos passaram por uma série de conflitos sociais e políticos onde esses acervos encontram-se: dispersos, sob sigilo e parcialmente acessíveis, o que varia de acordo com o Estado.

As instituições ibero-americanas foram repositórios da identidade nacional até meados do século XX, mas, apesar de terem seu reconhecimento como “apoio às administrações públicas e ao cidadão” (JARDIM, 1995, p. 198), elas ainda não são protagonistas e se mantêm marginalizadas, com grande dificuldade de “fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio Estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil” (IBIDEM, p. 198). Essa posição periférica, ressaltada por Jardim (1995), foi reforçada pelo modelo de Sistemas Nacionais de Informação sugeridos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Tal sistema foi amplamente difundido no início dos anos 1980, para que fosse implantado em toda América Latina e África, perdendo força no começo dos 1990 e é nessa conjuntura que foram criadas as instituições arquivísticas nacionais analisadas. Realizamos um quadro comparativo entre as unidades para compreender um pouco mais sobre essas instituições. Os seguintes dados foram examinados: ano de criação, vinculação, orçamento, finalidade e legislação.

#### QUADRO 1 — Comparativo das Instituições Arquivísticas.

INSTITUIÇÕES	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)	ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO (COLÓMBIA)	ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (MÉXICO)
ANO DE CRIAÇÃO	1838	1868	1823
VINCULAÇÃO	Ministério da Justiça	Ministério da Cultura	Secretaria de Governo
ORÇAMENTO	0,006% <sup>1</sup> (Percentual de receita frente ao orçamento do Governo Federal, de 2014-2017).	0,02% <sup>2</sup> (Percentual de receita frente ao orçamento do Governo Federal, de 2014-2017).	0,07% <sup>3</sup> (Percentual de receita frente ao orçamento do Governo Federal, de 2014-2017).

INSTITUIÇÕES [CONT.]	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) [CONT.]	ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO (COLÔMBIA) [CONT.]	ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (MÉXICO) [CONT.]
<b>FINALIDADE</b>	Implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do governo federal, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (BRASIL,2011, p.1).	<i>El Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado es un establecimiento público del orden nacional encargado de formular, orientar y controlar la Política Archivística, coordinar el Sistema Nacional de Archivos y la Red Nacional de Archivos, y garantizar la conservación del patrimonio documental, asegurando los derechos de los ciudadanos y el acceso a la información, así como, el mejoramiento en la eficiencia de la gestión pública, la eficiencia del Estado a través de una gestión documental articulada con el uso de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones. (ARCHIVO GENERAL JORGE PALACIOS PRECIADO, 2017C,p.1)</i>	<i>El objeto del Organismo será el de preservar, incrementar y difundir el patrimonio documental de México, promover la organización de archivos administrativos actualizados con el fin de salvaguardar la memoria nacional de corto, mediano y largo plazo, y contribuir a la transparencia y rendición de cuentas en el ejercicio del poder público. (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2014,p.1).</i>
<b>LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA</b>	Lei de Arquivos, n 8.159, de 08 de janeiro de 1991;	<i>Ley General de Archivos, nº 594, de 14 de julho 2000;</i>	Lei Nacional de Arquivos, em 26 de abril 2018; Lei Federal de Arquivos, de 23 janeiro 2012;
	Lei de Acesso a Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Lei de Transparência e de Acesso a Informação Pública Nacional, nº 1.712, 06 de março de 2014.	Lei Transparência e Acesso na Informação Pública, de 12 de junho 2003; Ley General de Transparencia,de 04 maio de 2015.

Fonte: Produção das autoras.

Nesse sentido, verificamos que as três instituições foram instituídas no mesmo período, século XIX. Ao analisarmos mais detalhadamente o contexto de criação, identificamos, no caso da Colômbia e do México, que a gestão de documentos antecede a criação das instituições. Em 1826, a Colômbia publicou a primeira instrução normativa sobre o assunto (GARNICA, 2018). No segundo país, em 1792, é fundado o *Archivo General de la Nueva España*, data adotada pela instituição, mas a criação do *Archivo General y Público de la Nación* foi em 23 de agosto de 1823 (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2014). No Brasil, o Arquivo nasce ainda no período imperial.

No que tange ao orçamento, foi feito um comparativo da média anual das receitas das instituições, dos anos de 2014 a 2017. Sobre o gasto do governo federal de cada país no mesmo período, nessa perspectiva, o *Archivo General de la Nación* recebeu o maior percentual e, por último, ficou o Brasil. Enquanto no México o investimento não chegou a 0,1% do orçamento do governo, o Arquivo Nacional não recebeu nem 0,01%, uma diferença de 0,064%.

A legislação arquivística é uma realidade nos três países. Tal marco é de suma importância para que as instituições possam executar suas funções de forma plena, principalmente em Estados federalistas, como Brasil e México. A lei de acesso à informação também está presente nas nações, o que fortalece as instituições arquivísticas, onde, no caso da Colômbia, o Arquivo participou ativamente na sua formulação e aprovação.

Com finalidades bem próximas, observamos que o AN deve implementar a política nacional de arquivos, sendo o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos com apoio à gestão de documentos do governo federal, além de promover o acesso à informações. O AGN deve definir e controlar a política nacional de arquivos, sendo, também, o órgão responsável pelo Sistema Nacional de Arquivos e pela Rede Nacional de Arquivos, além de garantir o acesso à informação e estimular o uso das tecnologias de comunicação e informação. No caso mexicano, com a nova lei de arquivos, o *Archivo*, assim como os demais apresentados, é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos e também deve promover a gestão de documentos, bem como difundir e dar acesso ao acervo documental nacional, fortalecendo a transparência na administração pública.

Rousseau e Couture (1998) descrevem que as Instituições Arquivísticas Nacionais possuem alguns elementos que as distinguem das outras instituições. São eles: a maior dimensão territorial de alcance, portanto há a necessidade de um sistema descentralizado com foco na promoção das ações

e criação de conselhos gestores; a importância de serem a liderança arquivística da rede em que estão inseridas, sua representatividade como instância provedora inspira outras instituições; e os desafios dessas instituições são pautados na nova conjuntura da área, envolvendo questões como leis de acesso a informação, tecnologias de informação e comunicação e suas implicações, pontos que foram possíveis de perceber no quadro apresentado.

Ainda sobre a mesma obra os autores definem sete funções arquivísticas básicas que são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/acesso. Tais funções devem estar presentes na execução da atividade arquivística. Sendo assim, para as Instituições Arquivísticas Nacionais, estas funções são intrínsecas ao órgão, como principal instituição executora/promotora das funções arquivísticas nacionais. Diante do exposto, identificamos, nas instituições analisadas, se suas estruturas contemplam cada função (ver quadro 2).

**QUADRO 2 — Funções Arquivísticas e as Instituições Arquivísticas Nacionais.**

<b>FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS</b>	<b>ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)</b>	<b>ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO (COLÔMBIA)</b>	<b>ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (MÉXICO)</b>
<b>criação/produção</b>	Possui – COGED <sup>4</sup>	Possui – SUBTIAD <sup>5</sup> e SUBGPD <sup>6</sup>	Possui – DSNA <sup>7</sup>
<b>avaliação</b>	Possui – COGED	Possui – SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC <sup>8</sup>
<b>aquisição</b>	Possui – COGED com COPRA <sup>9</sup>	Possui – SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC
<b>conservação/preservação</b>	Possui – COPRA	Possui – SUBTIAD <sup>5</sup> e SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC
<b>classificação</b>	Possui – COGED	Possui – SUBGPD	Possui – DAHC e DSNA
<b>descrição</b>	Possui – COPRA	Possui – SUBGPD	Possui – DAHC
<b>difusão/acesso</b>	Possui – COACE <sup>10</sup>	Possui – SUBGPD	Possui – DPD <sup>11</sup> com apoio da DAHC

Fonte: Produção das autoras.

De acordo com o apresentado, as Instituições Arquivísticas contemplam as funções sugeridas por Rosseau e Couture, algumas exercidas por departamentos únicos e outros com função compartilhada, o que demonstra uma estrutura pautada nas principais atividades da área com uma preocupação não só com o arquivo permanente, como, também, com o corrente e o intermediário na promoção da gestão documental nos órgãos sob sua responsabilidade.

## As ações educativas nas Instituições Arquivísticas Nacionais

Ao analisar as dimensões de um arquivo, chama atenção a definição de Bellotto (2017, p. 132) onde a essência dessas instituições é fundamentada “pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, [...] de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade entre si”. Já para Rosseau e Couture (1998, p. 201), “os arquivos são o espelho da sociedade que os constitui, os conserva e os explora para fins administrativos, culturais, patrimoniais ou de investigação”. Dessa forma, para além das atividades das instituições arquivísticas como gestão, guarda, preservação e acesso, faz-se necessária, também, a difusão. Ao executar tais ações, os arquivos respondem “aos seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia” (IBIDEM, p. 133). Portanto, as ações de difusão vão de encontro com os objetivos de cidadania e historiografia, fazendo o que Bellotto (2017) intitula “o uso popular do arquivo”, onde o cidadão reconhece o acervo como fonte de direito e cultura.

Mas a difusão consegue, de fato, criar essa relação entre arquivo, sociedade e cidadania? De acordo com a pesquisa de Menezes (2012, p. 63), sobre a difusão e as instituições arquivísticas do sul do Brasil, as ações de difusão geraram uma melhora no relacionamento entre as instituições arquivísticas e a sociedade, onde

com maior conhecimento sobre arquivo e o acervo, os usuários passam a apresentar mais respeito e responsabilidade com relação às orientações de uso e manuseio da documentação, passam a ter intimidade com os instrumentos de busca e aumentam sua frequência de visitas/pesquisas no arquivo.

Sendo assim, realizamos um levantamento de como a difusão é concebida nas instituições, em sua estrutura organizacional e regimento. Foram avaliadas as três formas de difusão editorial, cultural e educativa. Diante desse levantamento, foi possível identificar que as ações editoriais possuem não somente departamentos responsáveis, como suas práticas estão formalizadas nos regimentos dos Arquivos. Já as atividades culturais estão claras no AN e no *Archivo General de la Nación*. O Arquivo Nacional é o único que contempla as ações educativas e possui um grupo de trabalho específico para tal função. Apesar do regimento datar de 2011, foi em 2017 que a Equipe de Educação em Arquivos (EDARQ) foi criada. No caso da Colômbia, ações educativas e culturais não estão presentes em seu estatuto, mas constam orientações amplas de difusão. De acordo com Bellotto (2017, p. 140), a ausência de políticas explícitas e estruturadas causam riscos à instituição, onde

a política de ação cultural do arquivo deve estar muito bem e firmemente delineada: qualquer desproporção ou dimensão mal equacionada pode trazer prejuízos políticos e científicos para o arquivo. Só dentro dessa proporcionalidade e adequação é que as iniciativas culturais serão louváveis.

No quadro 3 é possível verificar os departamentos responsáveis pelas realizações das ações e também como são abordados nos seus respectivos estatutos.

**QUADRO 3 — Ações de difusão nas estruturas das Instituições.**

<b>AÇÕES</b>	<b>BRASIL</b>	<b>COLÔMBIA</b>	<b>MÉXICO</b>
<b>EDITORIAL</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>		
	Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo.	Dirección General,e Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental	Dirección de Publicaciones y Difusión, e Dirección Geral
	<b>REGIMENTO</b>		
	Art. 14º está explícito.	Art.4º (explícito), Art.11º (descrição macro de difusão).	Art. 28(explícito) e Art.22 (explícito).
<b>CULTURAL</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>		
	Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo.	Dirección General,e Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental	Dirección de Publicaciones y Difusión, e Dirección Geral
	<b>REGIMENTO</b>		
	Art. 14º explícito.	Não está de forma explícita. Art.11º (descrição macro de difusão).	Art. 28 (explícito) e art.22 (descrição macro de difusão).
<b>EDUCATIVA</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>		
	Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo, pela Equipe de Educação em Arquivos.	Dirección General, e Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental	Dirección de Publicaciones y Difusión.
	<b>REGIMENTO</b>		
	Art. 14º explícito.	Não está de forma explícita. Art.11º (descrição macro de difusão).	Não está de forma explícita. Art.22 (descrição macro de difusão).

Fonte: Produção das autoras.

A ausência de políticas não significa que as atividades não sejam realizadas pela instituição, por isso analisamos todas as práticas executadas pelos órgãos, que constavam nos seus *websites* e redes sociais. Identificamos que as ações educativas e culturais são realizadas pelos Arquivos Nacionais. Frente à sutil diferença de ações culturais e educativas, algumas práticas encontram-se duplicadas, no quadro 4, onde as atividades foram registradas.

Nesse processo, foi possível reconhecer algumas ações sistemáticas e consolidadas nos arquivos, como publicações técnicas e revistas próprias. Assim como seminários e cursos de capacitação, nesse quesito, o AGN possui uma agenda intensa, destacando o desenvolvimento de plataforma para realização de cursos à distância. As visitas nos acervos, em sua maioria, oferecem a opção de direcionar temas a serem abordados, facilitando, assim, uma ação mais efetiva para aqueles que irão participar. O Arquivo colombiano oferece a opção de visita virtual. “Archivos de puertas abiertas” é uma atividade realizada pelos arquivos do México e da Colômbia, normalmente na semana internacional dos arquivos. As instituições ficam à disposição dos usuários com visitas guiadas sem a necessidade de agendamento prévio. As exposições também são um ponto em comum. O AN e o AGN permitem ao usuário visitá-las virtualmente. O *Archivo General de la Nación* fornece catálogo das exposições e conta com várias exposições itinerantes, inclusive nas estações de metrô.

Quando se trata de práticas de difusão, a instituição colombiana conta com programa de rádio, aplicativo “ArchiApp”, sites com layout moderno e um *website* específico para o público infante-juvenil. Além da acessibilidade, existe um serviço recente da instituição que visa atender aos cidadãos com deficiências auditiva e visual. Com apoio das principais entidades do assunto no país, foi instalado um *software* específico na sala de consultas para atendimento aos deficientes visuais e implementado o serviço de linguagem dos sinais para atender as pessoas com deficiência auditiva. Ainda nessa vertente, a participação do Arquivo na Feira de Livro de Bogotá se destaca, onde foi abordado o tema da comunidade deficiente auditiva do país, convergindo com as palavras de Payne (1986, p. 117), onde:

los programas educativos de los archivos de nivel nacional deben enfocarse con una apreciación de su capacidad para juzgar un papel importante, tanto en la redefinición de los valores históricos, lo que parece conveniente en la mayor parte de los países en desarrollo, como en la tarea de conseguir que sea reconocida la necesidad de volver a analizar

los puntos de vistas existentes (por una u otra razón) sobre las minorías en la mayor parte de los países desarrollados.

O projeto “Noches de Museos” é uma ação cultural realizada no arquivo mexicano com a encenação de peças sobre eventos históricos, concertos, shows de dança, e outras formas de expressão. Essas atividades são mensais e gratuitas. Ainda na mesma instituição, o site especial “Archivos MX – Gestión Documental en Mexico”, criado em 2016, visa a comunicação com a população sobre as práticas arquivísticas nacionais. O projeto tem como parceria o Arquivo e o *Centro de Investigación y Docencia Económicas*.

O EDARQ, no Arquivo Nacional, é a prática mais evidente da relação arquivo-escola. Apesar de recente, tem como objetivo “identificar e propor ações educativas que promovam a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade, contribuindo para a percepção do documento de arquivo como parte integrante do nosso patrimônio documental” (ASCOM, 2017). As atividades se subdividem em duas áreas: Escola virtual e Oficinas Pedagógicas. Eles contam, também, com o projeto “Arquivo Faz Escola” que exhibe filmes nacionais seguidos de rodas de conversas, mensalmente. Gomes e Monteiro (2016, p. 67) trazem justamente essa visão onde “a aproximação de instituições de ensino e instituições arquivísticas pode representar um passo importantíssimo para a formação de cidadãos, escolas com sistemas de ensino melhores e instituições arquivísticas mais próximas da sociedade”.

As atividades realizadas pelas Instituições analisadas, principalmente no caso do México, foram de difícil localização. No AGN, as ações praticadas encontravam-se nos mais diversos locais do site e redes sociais, essa dispersão informacional converge com a ausência de uma política nítida. No AN, as ações educativas estavam em local e destaque na página inicial da instituição, mas vale destacar que essa é uma posição recente do Arquivo. Todas as principais práticas mapeadas foram listadas no quadro 4.

**QUADRO 4 — As ações de difusão executadas pelas Instituições Arquivísticas Nacionais**

AÇÕES	BRASIL	COLÔMBIA	MÉXICO
EDITORIAL	Publicações técnicas; manuais; Revista Acervo; Prêmio Nacional Maria Odila Fonseca; e Prêmio Memórias Reveladas.	Publicações técnicas, manuais e infográficos; Revista Memória; e boletim informativo, o "Contacto".	Publicações diversas; e Revista "Legajos"
CULTURAL	"Arquivo em Cartaz"; "Arquivo em Prosa"; lançamento de livros; "Com a palavra, o usuário"; mesas redondas; seminários; exposições, presenciais e virtuais; Sites temáticos; <i>website</i> "Arquivo na História"; e visitas guiadas.	Eventos Acadêmicos; "Becas de Estimulo Minicultura"; "Arquivo de Puertas Abiertas"; Exposições; visitas presenciais e virtuais; <i>website</i> específico para público infanto-juvenil; agenda intensa de cursos e seminários; participação na feira de livros de Bogotá; "ArchiApp"; e programa de rádio.	" <i>Archivo de puertas abiertas</i> "; " <i>Noches de Museos</i> "; Exposições; visitas guiadas; e eventos variados.
EDUCATIVA	"Escola virtual"; "Oficinas Pedagógicas"; "Arquivo Faz Escola"; Sites temáticos; visitas guiadas; e cursos.	Exposições; visitas presenciais e virtuais; <i>website</i> específico para público infanto-juvenil; agenda intensa de cursos e seminários; "ArchiApp"; e programa de rádio.	Oficinas com escolas; visitas guiadas; exposições; cursos, textos didáticos no <i>website</i> ; e <i>site</i> "Archivos MX"

Fonte: Produção das autoras.

## Considerações finais

Detentor dos registros da história nacional, a Instituição Arquivística Nacional é espelho para os demais arquivos do país. Suas práticas são analisadas e replicadas e, nessa perspectiva, trabalhar baseado em políticas públicas definidas é fundamental para que se consiga atingir os objetivos pretendidos.

É possível que a instituição estabeleça, dentro de políticas macro de informação, diretrizes na área de difusão, em especial, em ações educativas. Hoje, determinar uma política de ação educativa é de suma importância para que a instituição arquivística possa exercer a sua função social.

Diante do exposto, verifica-se a importância de compreender como as instituições arquivísticas nacionais contemplam as ações educativas em sua estrutura. Após levantamento dos dados, foi possível observar que todos os arquivos aqui pesquisados exercem atividades de difusão, seja ela editorial, cultural ou educativa. A distinção entre as instituições está na abordagem das ações e na existência ou não de uma política para sua realização.

O Arquivo Nacional, em sua estrutura organizacional, tem, na COACE, o departamento responsável pela difusão. Suas funções estão previstas em seu regimento interno, de 2011, e visam o desenvolvimento de atividades de difusão editorial, cultural e pedagógica. A ação educativa teve sua atuação iniciada em 2017, através do grupo de trabalho EDARQ, que possui duas linhas de atuação muito bem definidas, o projeto Escola Virtual e as Oficinas Pedagógicas, contando, também, com o projeto “Arquivo que faz”. Além disso, algumas ações de cunho cultural que propiciam essa aproximação arquivo-sociedade também são realizadas, como exposições presenciais, itinerantes e virtuais; visitas em três modalidades; um *website* com áreas temáticas; presença em nove redes sociais; e os projetos “Arquivo em Prosa”, “Com a palavra, o usuário” e o “Arquivo em Cartaz”.

O *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado* comemora 150 anos de existência e sua difusão está sob a responsabilidade da SUBGPD, sendo suas funções regidas pelo decreto nº 2.126, de 2012. Ao analisá-lo, não foi possível indicar uma política explícita de difusão voltada para educação e cultura. O que se encontra são ações macro de política editorial e divulgação. Mas, ao verificar suas práticas, é possível reconhecer ações com viés educacional e cultural. A intensa agenda de cursos da Instituição, que visam promover a compreensão do fazer arquivístico nas mais diferentes temáticas e níveis de conhecimento, é um dos exemplos de ações educativas do AGN. Destacam-se, também, a elaboração de uma plataforma virtual de aprendizagem e a participação na Feira de Livros de Bogotá, de 2018, com atividades interativas voltadas para a história dos deficientes auditivos da Colômbia. As ações culturais são reconhecidas pelas exposições; visitas; e os projetos “Archivo de Puertas Abiertas”, “Becas de Estímulo Minicultura”, “Eventos Académicos” com duas vertentes. O programa de rádio, *website* para público infantil e o *ArchiApp*, aplicativo da Instituição, são exemplos dos diferenciais

de atuação do AGN, ampliando, assim, a relação arquivo-sociedade. Outro ponto que merece destaque nesse Arquivo refere-se à acessibilidade, em que percebe-se uma preocupação voltada para a inclusão dos deficientes auditivos e visuais por meio de atendimento especializado dos serviços.

O *Archivo General de la Nación* tem, no DPD com apoio da DAHC, as diretorias responsáveis pela difusão do órgão, com políticas editoriais e culturais definidas, contudo, as ações educativas não foram contempladas em seu estatuto. Suas práticas espelham seu regimento, com ações editoriais e culturais. Como atividades culturais têm-se os projetos “*Archivo de Puertas Abiertas*”, e “*Noche de Museos*”; eventos; exposições locais e itinerantes, chegando a montar mais de trinta num ano; e visitas. As ações educativas são: visitas voltadas para atendimento do público escolar ou elaboração de oficinas específicas; oficinas educativas; e material para apoio didático no *website*, além do projeto “*Archivos MX*”, que contempla, na sua concepção, as duas vertentes, cultural e educativa.

No Brasil, a política de ação educativa começa a ser implementada pelo novo grupo de trabalho EDARQ. Com uma diretriz de atuação assertiva, as atividades são divulgadas nas redes sociais e estão em destaque no *website* do AN. Já na Colômbia, a falta de uma política educacional e cultural arquivística talvez seja o motivo de ações frequentes e singulares estarem dispersas no sítio eletrônico da instituição, o que reflete em uma dificuldade de identificação de tudo que é realizado. As ações de inclusão social são pontos relevantes nas práticas desenvolvidas pelo AGN, assim como o *site* infantil, o programa de rádio e o aplicativo. Com 225 anos de história, o *Archivo General de la Nación* conta com a falta de uma política arquivística educacional, sendo as ações educativas pontuais e pouco divulgadas. Dentre as ações culturais desenvolvidas na Instituição, o projeto “*Noches de Museos*” é bem interessante, com atividades diversas voltadas para trabalhar o acervo da instituição e a história nacional.

Assim sendo, fica claro que as ações educativas só atingirão seu objetivo real com a definição de políticas explícitas voltadas para uma educação que valorize o seu patrimônio, neste caso, por uma educação arquivística. Nesse sentido, a prática apenas não é suficiente para se sustentar, é necessário um conjunto consolidado e bem definido de políticas capazes de introduzir e fortalecer a permanência de tais ações. É importante salientar que uma política de educação não está voltada apenas para a relação arquivo e escola, mas, de modo geral, para ações que refletem o compromisso da educação, independente do público. Quando falamos de política de educação,

esta deve estar atrelada às práticas que estimulem ao cidadão compreender a importância da instituição e de seu acervo. Dessa forma, políticas e práticas de educação arquivística promovem na sociedade o reconhecimento da Instituição Arquivística Nacional como seu local de informação para pleno exercício de sua cidadania.

## Notas

**1 Portal da transparência.** Elaborado pelas autoras. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

**2 Portal de Transparência Econômica.** Elaborado pelas autoras. Disponível em: <http://www.pte.gov.co/WebsitePTE/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

**3 Transparencia Presupuestaria –** Observatorio del Gasto. Elaborado pelas autoras. Disponível em: <http://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx>. Acesso em: 15 mar. 2018.

**4 COGED –** Coordenação Geral de Gestão de Documentos – Arquivo Nacional Brasil.

**5 SUBTIADE –** Subdirección de Tecnologías de la Información Archivística y Documento Electrónico – Archivo General de la Nación Colômbia.

**6 SUBGPD –** Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental – Archivo General de la Nación Colômbia.

**7 DSNA –** Director del Sistema Nacional de Archivos – Archivo General de la Nación México.

**8 DAHC –** Director del Archivo Histórico Central – Archivo General de la Nación México.

**9 COPRA –** Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo – Arquivo Nacional Brasil.

**10 COACE –** Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental – Arquivo Nacional Brasil.

**11 DPD –** Director de Publicaciones y Difusión – Archivo General de la Nación México.

## Referências bibliográficas

ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. **Estatuto Organo del Archivo General de la Nación**, 2014. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/53612/Estatuto\\_Org\\_nico\\_del\\_Archivo\\_General\\_de\\_la\\_Naci\\_n.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/53612/Estatuto_Org_nico_del_Archivo_General_de_la_Naci_n.pdf). Acesso em: 15 mar. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

ASCOM. **Educação**. 2017. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/br/educacao.html>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba-São Paulo, ano I, n. I, p.14-27, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Arquivo e Sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: BELLOTTO, H. L. **Arquivo Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 132-143.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan/jun. 2012.

CORTES, M. R. P. A. **Arquivo Público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, 11 p., 2009.

GARNICA, A. M. **Breve historia del Archivo de la Nación colombiana** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por luiza@gmail.com, em 23 jan. 2018.

GOMES, P. R.; MONTEIRO, M. V. S. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação.

**Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016.

HORTA, M. L. P.; GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Imperial, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**, 2015. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat>. Acesso em: 12 de out. 2017.

JARDIM, J. M. Em torno uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1998-

2011). **XII ENANCIB** – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Brasília – Anais do XII Enacib. Brasília: Thesaurus, 2011a.

\_\_\_\_\_. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v. 7, p. 197-213, 2011b.

\_\_\_\_\_. O inferno de boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. (Org.). **Acesso à informação e políticas de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

\_\_\_\_\_; CONDE VILLAVÉRDE, M. L. Los archivos en el mundo iberoamericano.

**Comma: International journal on archives**, v. 2, p. 39-53, 2012.

MANCIBO-CARNEIRO, T.; GOMES, P. R.; PINTO, L. A. L. Educação Patrimonial: conversando sobre patrimônio e cidadania no Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro. **Congresso Nacional de Arquivologia** – Simpósio temático Arquivos & Educação, Fortaleza, 2016.

\_\_\_\_\_. **Arquivo e educação**: experiências e pesquisas brasileiras em diálogo. V. 1. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016.

MENEZES, P. L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012.

PAYNE, H. W. L. La Educacion y los archivos. **Revista Archivo General de La Nación Argentina**, n. 9, p. 113-119, 1986.

RAMÍREZ, J. C. La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedade. **Revista Códice**, v. 5, n. 2, p. 187-201, jul/dez 2009.

RAMÍREZ, C. A., VILLA-FLORES, J. Los archivos y la construcción de la verdade histórica en América Latina. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** – Anuario de Historia de América Latina. Alemanha: Böhlau Verlag, n. 46, p. 5-17, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/338443409/Aguirre-and-Villa-Flores>. Acesso em: 01 out. 2017.

ROSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos**

**da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa-PT: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, K.; BORGES, J. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA**. Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Recebido em: 29/09/2018

Aprovado em: 30/10/2018